

**XII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO
AMBIENTE - CEMA, REALIZADA NO DIA
11 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 14H, NO
AUDITÓRIO DA SEDU, SOB A
PRESIDÊNCIA DO SR. ALLAN JONES DOS
SANTOS.**

O Sr. Presidente:- Boa-tarde a todos, peço que tomem assento em seus lugares para que possamos dar início à 12ª Reunião Extraordinária.

Primeiramente pediria ao nosso Secretário Executivo que faça a verificação de quórum. (Pausa). Havendo quórum vamos dar prosseguimento aos trabalhos. Vamos para a pauta de hoje: 1) Verificação de quórum; 2) Discussão e aprovação da Ata da 11ª Reunião Extraordinária. Todos os conselheiros receberam a cópia da Ata? (Obs.: Nem todos!) Pergunto se há necessidade de fazer essa leitura.

O Sr. Hassan Sohn (Apromac):- Sr. Presidente, Questão de Ordem. Gostaria de ler um pronunciamento Oficial da Apromac. Peço a paciência dos senhores conselheiros, não é um pronunciamento muito longo. Posteriormente vou protocolar este documento e gostaria que o senhor o recebesse.

O Sr. Presidente:- Vamos colocar em votação junto aos conselheiros. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa).
APROVADO.

O Sr. Hassan Sohn (Apromac):- Sr. Presidente, de certo modo fico um tanto quanto decepcionado de não estar o Sr. Secretário de Estado e Meio Ambiente presente, não que não aprecie sua pessoa, mas é que o assunto seria bem atinente à presença dele. (Faz leitura do pronunciamento oficial da Apromac e protocola à Mesa). Obrigado.

OFÍCIO N°

Curitiba, 11 de Setembro de 2007.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Meio Ambiente
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES

Rua Desembargador Motta, nº 3.384 – bairro Mercês
CEP 80430-200 – Curitiba/PR

Exmo. Sr.,

APROMAC - Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte, pessoa jurídica sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, membro titular eleito para representar as ONG's no Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMA, vem pelo presente apresentar o seguinte MANIFESTO:

Em agosto de 2006^{1[1]}, após mais de um ano de atraso e de um longo hiato sem eleições dos representantes designados, iniciava-se a atual gestão bienal do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Na ocasião, em sessão solene realizada no Salão dos Governadores do Palácio Iguazu, o próprio Governador do Estado teve rápida passagem pela tribuna, dizendo de sua intenção de resgatar a importância do CEMA.

Em consonância, o Sr. Secretário de Estado de Meio Ambiente, fazendo uso da palavra após a saída do Sr. Governador, garantiu sua pretensão de tornar o CEMA atuante e eficiente como o próprio Conselho Nacional de Meio Ambiente, salientando que mudanças estruturais importantes são necessárias para tanto.^{2[2]}

Já então, a APROMAC questionava a existência da vontade política essencial para o atingimento desse objetivo, ao que o Sr. Secretário asseverava, em nome do Governador, que havia sim esse interesse de efetivamente democratizar e ampliar a atuação do CEMA.

Eleita que fora com o compromisso primordial de justamente lutar para que este Conselho Estadual finalmente assumisse seu papel de fórum democrático orientador da política do Estado do Paraná para o desenvolvimento com respeito ao meio ambiente, à segurança da população e aos princípios da gestão responsável dos recursos naturais, a APROMAC empenhou voto de confiança às autoridades que ali declaravam suas boas intenções.

Ao fato de que desanimadora e sintomaticamente a própria reunião inaugural do biênio desse Colegiado estivesse eivada de ilegalidade, já que os Conselheiros sequer haviam sido nomeados através do essencial Decreto que antecipadamente deveria ter sido publicado com este fim, fez-se vistas grossas, na esperança de que essa mácula pudesse ser apagada pelo resultado futuro e na compreensão de estar o CEMA tentando ressurgir das cinzas deixadas após várias

reconduções anteriores - todas ilegais no tocante aos membros designados - e uma absoluta inércia que então já chegava a quatro anos.

Infelizmente, os fatos mostram que foi vã a esperança e desperdiçado o voto de confiança.

O assunto da reformulação de composição e competências do CEMA somente foi retomado seis meses depois, na Reunião Ordinária seguinte, já que, como sempre bem salientado pela mesa diretora, as reuniões plenárias extraordinárias não poderiam fugir do tema para o qual foram convocadas.

Mesmo assim, na Reunião Ordinária de dezembro de 2006^{3[3]} não se avançou muito, salvo que após entrega de uma pré-minuta de regimento interno elaborado pela Secretaria do Conselho, restou constituída Comissão Especial para estudar e deliberar sobre o tema e apresentar seu relatório na Plenária seguinte, que após muita insistência da APROMAC foi agendada para a primeira semana de março de 2007^{4[4]}.

Durante os meses de janeiro e fevereiro do corrente, quando a maioria dos Conselheiros estava em pleno gozo de férias, essa Comissão se reuniu nada menos do que seis vezes, sempre com a presença da APROMAC na qualidade de interessada e convidada, e concluiu que antes de avançar na questão do regimento - para o qual a APROMAC havia inclusive elaborado um substitutivo próprio - era essencial que se fixasse uma nova composição e as novas competências, para que então a norma orientadora do funcionamento do Colegiado a elas se adequasse como um amálgama perfeito.

Assim, e pela iminência da Plenária agendada para março, a Comissão Especial estabeleceu uma proposta, revelando o anseio de uma composição paritária, com maior participação dos municípios, dos setores produtivos, dos trabalhadores, da comunidade científica e da sociedade civil.

Ainda, estabeleceu propostas de atribuições que colocariam o CEMA efetivamente dentro do espírito atualmente estabelecido para o Sistema Nacional de Meio Ambiente, afastando sua condição anacrônica que contrapõe sua formulação concentrada no Executivo Estadual contra sua finalidade declarada de organismo democrático.

Finalmente, restou asseverado pela Secretaria deste Conselho que o assunto estaria sendo levado ao conhecimento do Governador do Estado para que se

colhessem algumas impressões que pudessem nortear os trabalhos para um caminho harmônico e produtivo, já que, repita-se, o objetivo de reforma e efetividade do CEMA requer vontade política.

Mas a reunião de março não veio, cancelada que foi de modo inexplicável diante da impossibilidade de comparecimento do Sr. Secretário de Estado de Meio Ambiente, que esqueceu que poderia ser representado por um substituto, que sequer necessitaria ser nomeado posto que a Lei já o estabelece.^{5[5]}

O tempo passou, e somente após alguma insistência restou marcada a primeira Plenária deste ano para o mês de julho.^{6[6]}

Realizada a referida Reunião^{7[7]}, não se tratou diretamente do tema reestruturação do CEMA porque o Sr. Secretário garantiu que o assunto seria objeto de uma Reunião Extraordinária Específica ainda no mês de agosto, aproveitando a ocasião para convocar a Comissão Especial em regime de urgência para finalizar os seus trabalhos.

Ato contínuo, na mesma semana a Comissão se reuniu, novamente com a presença da APROMAC como convidada e interessada, na sala do Sr. Secretário, ocasião em que após ser resgatado todo o histórico de trabalhos - já que embora membro titular da Comissão o mesmo se fez representar e estranhamente seu representante não o havia informado de nada - decidiu-se que o passo seguinte seria uma consulta pessoal ao Governador do Estado para que este sinalizasse quais pontos poderiam ser objeto de avanço e quais deveriam restar como estavam.^{8[8]}

Mais do que isso, o Sr. Secretário assumiu o compromisso pessoal não só de levar as reivindicações de reforma, mas principalmente o de defender os quatro pontos consensuados naquela reunião perante o Sr. Governador.

Apesar de estranhar a condição de consulta prévia, tanto porque um ano antes havia a garantia de que o Conselho poderia mudar com as bênçãos do Chefe do Poder Executivo e tudo estaria de certo modo acertado, quanto porque tal providência havia sido prometida já em fevereiro e ainda não tinha sido efetivada, a APROMAC novamente empenhou seus esforços, escrevendo durante o final de semana uma minuta de documento a ser levada ao Governador e distribuindo aos membros da Comissão para que na reunião marcada para a terça-feira imediata se

pudesse sobre ele deliberar.

Realizada a reunião, aprovado o documento (cópia anexa) e entregue o mesmo ao Sr. Secretário para que este cumprisse o compromisso de levar o assunto ao Chefe do Poder Executivo e defender os pontos acordados, ficou-se na expectativa da Extraordinária prevista para realizar-se ainda em agosto.

Mas agosto passou, e a Reunião somente se realiza agora em meados de setembro.

Pior. Pasma-se ante o fato de que contrariando a finalidade específica da Reunião Extraordinária - linha 652 da transcrição da 68ª Reunião Ordinária - o tema da reestruturação do CEMA sequer está na pauta, violando as mesmas regras que impediram que se tratasse do assunto em outras oportunidades e quebrando compromissos pessoais assumidos.

Lamentavelmente, o que forçosamente se conclui é que o CEMA continua sendo tratado com descaso e o presente governo em nada difere dos seus predecessores, resumindo-se a palavras vazias.

Nesse contexto, a APROMAC julga mais produtivo e sensato empenhar os esforços de seus colaboradores, que voluntariamente se dedicam a suprir as mazelas deixadas pela ineficiência da máquina estatal, para outros instrumentos da cidadania que se mostrem efetivamente capazes de traduzir Democracia.

Assim, a APROMAC não mais irá emprestar sua reputação a uma falsa idéia de representatividade deste Conselho, que em verdade se resume a um mero simulacro com vistas a suprir as exigências federais e pretensamente legitimar ações de governo desvinculadas das legítimas aspirações e interesses do povo paranaense, nem irá tolerar a falta de respeito para com os esforços não somente seus, mas de todos os Conselheiros que se empenham para cumprir regimes de urgência e depois são obrigados a assistir a constantes adiamentos injustificados, numa casa que atua de forma amadora e não possui uma estrutura mínima de funcionamento.

Posto isto, a APROMAC apresenta a sua RENÚNCIA à cadeira do Conselho Estadual de Meio Ambiente, para a qual foi eleita, e se retira deste Colegiado com uma nota de censura à maneira negligente pela qual o mesmo é conduzido.

Hassan Sohn
Conselheiro Titular

O Sr. Presidente:- Infelizmente eu não posso responder pelo Secretário e pelo Presidente desta reunião, mas passo ao Secretário Executivo que tem acompanhado de perto essas questões e talvez possa dar algum esclarecimento.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretaria Executiva):- Conversando com o Secretário, durante este mês que passou de agosto e por isso essa reunião foi adiada do dia trinta, tinha sido marcada na 68ª, as conversações com o governador ainda estavam em andamento, o governador ainda não havia passado uma posição definitiva ao nosso Secretário. Diante deste fato achou não prudente ainda a discussão, considerando este fato do governador ainda não dar a sua posição definitiva, aquilo que já foi levado, aquilo que já foi discutido durante a Comissão Especial. O fato de estar incluída nesta Ata durante esta reunião extraordinária é da necessidade urgente em se discutir novos procedimentos de licenciamento ambiental que o Instituto Ambiental do Paraná está propondo.

Então o Secretário, ao invés de pensar numa resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, querendo valorizar, e quer valorizar o Conselho Estadual de Meio Ambiente, colocou essa atribuição ao Conselho Estadual com a intenção de buscar resgatar a importância que este Conselho tem. E estes novos procedimentos para o licenciamento são extremamente importantes daqui para frente, é o balizamento e que os senhores já tomaram conhecimento dessa proposta e que é fato primordial para a questão da conservação ambiental.

O Sr. Presidente:- A gente só tem que lamentar a saída da Apromac porque é uma entidade de luta, batalhadora, e sei que a intenção do nosso Secretário foi a de fortalecer este Conselho, tanto é que abriu mão de suas prerrogativas. Poderia simplesmente lançar esta resolução e resolveu colocar isso numa discussão mais ampla e submeteu isso a este Conselho, que é uma atitude que demonstra a importância deste Conselho.

Voltando à discussão da nossa pauta. O item dois: aprovação da ata da reunião da 11ª Sessão Ordinária. Todos receberam uma cópia desta ata e pergunto se há necessidade de ser lida esta ata.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Queria saber se esta ata foi transcrita de gravação.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretaria Executiva):- Sim, ela foi transcrita da gravação.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Tem muitos erros aqui, acho que isso deveria ser revisto. Na minha fala tem uma porção de erros aqui, mais erros de digitação do que... Acho que você deveria dar uma olhada melhor, Castella, no restante acho que está o.k.

O Sr. Presidente:- Sobre o assunto está o.k.?

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Está o.k.

O Sr. Presidente:- Em votação a Ata. Os favoráveis à aprovação da Ata permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADA a ata, por unanimidade.

O item três da Ordem do Dia: Proposta de Criação das Comissões Especiais para Discussão e Análise dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental e apresentação da sistemática para a III Conferência Estadual do Meio Ambiente. Foi enviado o Ofício n.º 23 para todos os Conselheiros que seria o licenciamento ambiental e empreendimentos industriais e um outro dos procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras ou modificadoras do meio ambiente, com a seguinte composição: Para a junção das atividades industriais a Comissão seria formada por um membro do IAP, que ficaria na coordenação, um membro indicado pela Sema, um membro indicado pela Secretaria da Agricultura, um membro da FAEP, um membro da FIEP, dois membros de ONG'S e um membro de município e um da PGE. Para a Comissão das atividades poluidoras: a Sema ficaria com a coordenação, o IAP indicará um membro, a FIEP um membro, a FAEP um membro, dois membros de ONG's, um do município, um da PGE e um da FETAEP.

Com a palavra o Secretário Executivo.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretaria Executiva):- Essa é a proposição do Presidente do Conselho para constituir essas duas Comissões que analisariam as duas proposições que foram enviadas aos senhores. Essa proposição de membros foi escolhida como Comissão Especial para poder abrigar o maior número possível de Conselheiros. Se fosse Câmara Temática teríamos uma restrição muito grande na discussão. Não foi colocada a questão das suas atribuições de funcionamento nessas comissões, como elas iriam funcionar, deixando para que fosse discutida aqui a forma de funcionamento, se realmente são esses os membros das comissões e até, também, a questão de prazo. Não foi colocado dentro do ofício o prazo para que a gente pudesse, aqui, propor livremente a questão de prazo em que a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos tem a necessidade de que essa resolução já tenha uma definição dela absoluta no prazo máximo de 120 dias. Ela teria que estar entrando para assinatura no dia primeiro de dezembro, sem sombra de dúvida, para que pudessemos e o IAP já começasse a implementação a partir do dia primeiro de janeiro de 2008.

Fica a discussão da questão de funcionamento, dos membros e do prazo para discussão.

O Sr. Luiz Forte Netto (Secretário do Desenvolvimento Urbano):- Queria

fazer uma observação que considero pertinente por algumas modificações que a estrutura da nossa Secretaria tomou neste ano. Como todos sabem o Governador Requião estabeleceu secretários especiais para a microrregião do Litoral, a Região Metropolitana de Londrina, a Região Metropolitana de Maringá, a microrregião de Cascavel e a microrregião de Foz do Iguaçu. Além disso, soma-se a isso, o fato de que a SEDU está elaborando os planos diretores municipais que são de âmbito rural e urbano para quase todos os municípios do Estado. Hoje já estamos em elaboração e já elaborados mais de trezentos e dez planos diretores. Nesse sentido e me parece muito pertinente - e não estou atrás de mais trabalho, muito pelo contrário, acho que já estou fazendo coisa demais -, mas considero que seria muito pertinente a inclusão de um representante da SEDU nestas comissões e nos conselhos que virão nos próximos documentos da região.

Então solicito que a Secretaria, o Conselho de Meio Ambiente levasse em consideração esta nova situação com relação à posição da SEDU no desenvolvimento territorial e no desenvolvimento do meio ambiente no nosso Estado. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Digníssimo Secretário isso está sendo registrado e será levado em consideração, de imediato poderá ser incluído nessas duas discussões. Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?

O Sr. Roberto Gava (Federação das Indústrias do Paraná):- Boa tarde a todos. Preciso de um esclarecimento se essas duas ONG's, em ambas as comissões, elas serão escolhidas dentre aquelas que são conselheiras do CEMA ou que estão no cadastro da ONG's de domínio da SEMA?

O Sr. Presidente:- Acho que isso aí cabe ao próprio Conselho definir. A princípio essas comissões são formadas por membros conselheiros. Temos ONG's que fazem parte deste Conselho, então, a priori, temos que respeitar isso.

A Sra. Renata Garrett Padilha (IEPR):- Acho que as ONG's estão um pouquinho debilitadas, só eu compareci hoje. Não sei se estou me adiantando ou não, mas o Instituto de Ecoturismo está dentro da Comissão para as atividades poluidoras, apenas. A segunda Comissão. A primeira não há interesse.

A Sra. Sônia Machado (Engenheira Florestal do IAP):- Talvez seja necessário fazer um esclarecimento até para o pessoal se situar em qual Comissão participar. Vocês sabem que o licenciamento ambiental no Paraná hoje é nortado pela resolução SEMA 031 de 1998. Essa resolução traz nos seus primeiros artigos as linhas gerais do licenciamento ambiental: quais os tipos de licenças emitidas, os prazos de licenciamento, quais os documentos que embasam o procedimento de

licenciamento ambiental. E depois em seus artigos subseqüentes começam com as atividades industriais, comerciais de serviços, resíduos de saúde. Enfim, todas as atividades que hoje são licenciadas e que têm normas no Estado do Paraná. Quando resolvemos e esse é um trabalho, como já comentei, ela está muito defasada, foi feita em 98 e de lá para cá são nove anos e já trabalhamos muito na revisão dessas normativas. Resolvemos, então, “picar” a 031 até para poder ter mais mobilidade para trabalhar e ter mais tranqüilidade. O que fizemos: esta resolução que está sendo chamada de “atividades poluidoras”, na realidade seria o início da 031 - a resolução geral, em que traz as novidades: a figura da LAS - que é a Licença Ambiental Simplificada, enfim, todas as inovações que o corpo técnico do IAP trabalhou.

Então não sei quais conselheiros teriam interesse em participar nessa resolução, porque é uma resolução geral e que vai nortear todas as outras resoluções. Na seqüência, que já foi encaminhado para vocês, está a de “atividades a de industriais”, aí, sim, acho que o pessoal pode se situar quem gostaria de participar. Porque vai tratar, aí, de todos os licenciamentos industriais. Estamos com outras resoluções para encaminhar para o Secretário, já estamos com comerciais e serviços; resíduos; serviços de saúde; empreendimentos imobiliários que daí, dependendo do interesse de cada conselheiro poderão participar dessas comissões. Então até para vocês poderem se situar de qual Comissão querem participar, tendo sempre em vista que aquela segunda Comissão é Resolução Geral, chamamos de Resolução Geral que vai substituir todos os artigos iniciais da 031. Obrigada.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Sônia. Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? Ficamos abertos à indicação dos membros ou aqueles que preferirem podem mandar depois por escrito. E a nossa intenção, também, é fazer um seminário com todos os membros dessas comissões para que pudesse ter um conhecimento maior de como funciona um licenciamento. A SEMA se propõe a fazer isso. À questão do prazo estamos abertos a sugestões. Acho que temos urgência nisso.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretaria Executiva):- Pode ser cento e vinte dias para a conclusão dos trabalhos. A sugestão oferecida pelo Secretário Rasca, as composições ficam como estão, incluindo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e um prazo a essas Comissões para concluírem seus trabalhos em cento e vinte dias. E a SEMA junto com a Secretaria Executiva – na maior brevidade possível, vai estabelecer junto com vocês uma agenda para esse seminário proposto pelo Dr. Alan de nivelamento sobre licenciamento ambiental no Brasil e no Paraná de como que eles estão acontecendo atualmente. Acordado.

A Sra. Renata Garrett Padilha (Ecoturismo):- Esse seminário seria antes das

reuniões com essas Comissões ou seria depois?

O Sr. Presidente:- Depois de todos os membros indicados e nomeados marcaremos o seminário, mas a primeira coisa é isso. Primeiro a indicação dos membros, sai a resolução e aí a data do seminário. Então pedimos urgência na indicação dos nomes para que possamos compor e emitir esse documento. Fica aprovada por todos a composição com a inclusão da Sedu, com o prazo de cento e vinte e dias. Em votação. (Pausa). Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa). APROVADA.

Segundo assunto da Ordem do Dia: apresentação da sistemática para a III Conferência Estadual do Meio Ambiente, que o Secretário Executivo deve ter alguma justificativa.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretaria Executiva):- Quem está coordenando a III Conferência Estadual é o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências na pessoa da Débora que infelizmente, temos tentado no celular dela, não conseguimos comunicação até o momento desta reunião que era extremamente importante, porque a agenda dela está para 20 de outubro, a I Conferência, que possivelmente deve acontecer em Antonina e não em Paranaguá. Então teremos o início da III Conferência em Antonina e essa sistemática de seus municípios pólos escolhidos pela Comissão. E em consulta com diversas instituições, a Débora estaria trazendo para os senhores de como seria essa nova sistemática que vai ser adotada nessa terceira conferência. Infelizmente fugiu das nossas mãos de trazer neste momento.

O Sr. Presidente:- Fica o compromisso de enviar por e-mail para todos os Conselheiros.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretaria Executiva):- Gostaria de informar aos senhores o que foi deliberado na 68ª Reunião Ordinária, acontecido no dia 30 de julho. Foram lançadas e já enviamos aos Srs. Conselheiros as resoluções 57, 58 e 59, restando ainda mais uma resolução que se refere à questão do cadastro das ONG's, que seria uma Comissão Especial em que as ONG's fariam a proposta das atribuições dessa Comissão Especial e até o momento a Secretaria Executiva não recebeu.

A outra resolução seria a revisão do sistema de Unidade de Conservação que também deve estar sendo editada na próxima semana.

O Sr. Presidente:- O item três da pauta está esgotado. Item quatro, assuntos gerais. A palavra está aberta aos Srs. Conselheiros.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Tinha proposto na última reunião

ordinária que trabalhássemos a questão do BHC aqui no Estado, e o representante dos municípios e mais dois representantes tinham apoiado esta proposição. Gostaria de saber, por parte da Secretaria Executiva, se foi conversado com o Secretário Rasca a respeito de fazermos uma Câmara Temática para estudar como vamos retirar este BHC destas propriedades rurais, porque está complicado.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretaria Executiva):- Não foi tratado com o Secretário Rasca a respeito dessa resolução ou alguma outra medida para tratar do BHC. Tourinho, se você pudesse minutar alguma coisa por escrito, alguma sugestão, a Secretaria Executiva agradece e está pronta para receber e fazer o encaminhamento ao Secretário.

O Sr. Roberto Gava (Federação das Indústrias do Paraná):- Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, por não estar de posse do Regimento Interno peço um esclarecimento quanto ao pedido de desligamento da Apromac. Como fica esse espaço, será substituída?

O Sr. Teho Marés (SEMA):- Essa questão é inédita no Conselho e não está prevista no Regimento Interno. Cabe a Plenária definir como vai ser a substituição.

O Sr. Fernando Pilattis (UEPG):- Como as ONG's têm um número de vagas fixa no Conselho, temos muito mais ONG's do que número de vagas, essas ONG's se reúnem e indicam. Como houve um caso de vacância, é considerada uma vacância, acredito que as ONG's devem se reunir e fazer uma nova indicação. Poderão ser comunicadas oficialmente desse ato que aconteceu hoje e dar um prazo para que eles indiquem uma nova associação.

O Sr. Presidente:- Se não me engano existe uma associação. Vamos comunicar a associação e ela entrará em contato com seus associados. Será feito assim: A associação será informada desta vacância e eles tomarão a iniciativa de indicar alguém. Não havendo mais assuntos a serem tratados, agradeço a presença de todos, desejo uma boa-tarde e está encerrada esta sessão extraordinária.